

CHHR



INFORMAÇÃO INDEPENDENTE n.º 338 Brasília, quinta-feira, 28 de fevereiro de 2008.

Aécio, reforma tributária e sucessão

O governador mineiro Aécio Neves, do PSDB, fez esta semana uma colocação muito pertinente aos nossos hábitos políticos, ao defender a tese de que as oposições, por serem oposições, não precisam nem devem ficar contra a proposta de reforma tributária, porque ela partiu de uma iniciativa do governo. Tanto o PSDB como o Dem, originário do antigo PFL, sempre defenderam várias reformas, entre elas a tributária. Aliás, se as oposições pretendem crescer e se posicionar corretamente perante a sociedade brasileira, terão de assumir um papel coerente com suas idéias e propósitos. Questões puramente regionais não devem prevalecer sobre o interesse nacional. Nem da parte dos representantes de São Paulo, como do Norte e Nordeste no quesito da cobrança no porto do destino do ICM. Aliás, o governador tucano José Serra, de São Paulo, teve o mesmo posicionamento de Aécio, ao dizer que a reforma tributária é assunto de interesse do país.

Os adversários do governador mineiro vão naturalmente argüir que ele assim procede movido pelo seu interesse em construir uma ponte entre o governo e o PSDB para viabilizar sua candidatura à Presidência da República com o voto decisivo do Presidente Lula. Aécio não faz segredo de seus posicionamentos. Não só se empenha pessoalmente para que nas eleições para prefeito de Belo Horizonte, PSDB e PT tenham um único candidato, como defende uma aliança entre os dois partidos na defesa de projetos comuns, como o da reforma tributária. Realmente, se o governador mineiro disputa a sucessão presidencial com o respaldo do PSDB e do PT e com o voto favorável do Presidente Lula, seria um nome com grandes chances de vitória. Seu principal rival e concorrente, o governador paulista José Serra, do PSDB, tropeça em seus primeiros passos como candidato diante algumas dificuldades internas por ele enfrentadas na sua própria legenda. Encontrou forte resistência no seio do PSDB no apoio à candidatura à reeleição do prefeito de São Paulo, do DEM, Gilberto Kassab. Com esse seu gesto, o governa-

dor de São Paulo está procurando estabelecer as preliminares de uma aliança do seu partido com o DEM nas eleições de 2010. Ao que tudo indica, Serra parece ter sido derrotado nessa sua intenção, uma vez que está se impondo no cenário do seu partido a candidatura do ex-governador Geraldo Alckmin a prefeito de São Paulo. Logo em seguida, o governador paulista sofreu nova derrota com a eleição do deputado José Aníbal como líder da bancada do PSDB na Câmara. Os serristas na Câmara recorreram a todos os meios para derrotarem Aníbal ao apoiarem o nome do deputado Arnaldo Madeira como líder da bancada tucana.

Aécio faz as suas manobras com a habilidade de um típico político mineiro, herdada com as lições que em vida aprendeu com seu avô, o ex- Presidente Tancredo Neves. Isso não significa que ele já esteja consagrado como candidato. A batalha para a conquista do Planalto nas eleições de 2010 é uma verdadeira corrida de obstáculos com armadilhas de todo tipo e natureza a serem ultrapassadas no seu percurso. Estamos ainda nas preliminares desse embate. Temos pela frente muitas barreiras a serem vencidas. No próprio PT, como no PSDB há resistências muito fortes a uma aliança eleitoral com o PSDB, embora o governo Lula, em vários aspectos, não difere muito do seu antecessor. A política de austeridade econômica nos seus fundamentos adotada pelo governo petista em nada se diferencia da do seu antecessor. Tanto assim que o grupo de economistas da PUC, entre os quais sobressai o ex-ministro da Fazenda do governo Fernando Henrique Cardoso, Pedro Malan, em várias oportunidades defendeu a política monetária executada pelo nosso Banco Central, peça de fundamental importância na política econômica em execução. O jogo da sucessão presidencial está apenas começando. No entanto, como salientou em sua entrevista o governador de Minas, reformas como a tributária se enquadram no perfil do interesse nacional. Devem ser examinadas com serenidade e espírito público pelas oposições para que elas ganhem o respeito e a confiança da sociedade brasileira.

Haroldo Holanda

Notas

FALTA DE ATENÇÃO DOS JORNALÕES - Errar, todo mundo erra. Choca, no entanto, assistir um padre sem saber rezar o Padre Nosso. Ou um médico diagnosticando doenças inexistentes. Até mesmo um jogador de futebol perdendo um pênalti.

Vamos aplicar o raciocínio a nós mesmos. Um jornalista não deveria errar na interpretação da Lei de Imprensa. Mas os jornalões andam cheios de erros ao divulgar a decisão do ministro Ayres de Brito, do Supremo Tribunal Federal, sustentando que S.Exa. "congelou", "suspendeu" a vigência de vinte artigos da lei celerada imposta pelo regime militar ao Congresso, em fevereiro de 1967.

Porque suspensos e congelados já estavam esses artigos, desde a promulgação da Constituição de 1988. Esqueceram-se, muitos de nossos companheiros, do princípio fundamental de que a lei maior prevalece sobre a lei menor. A Constituição de 1988 resgatou a liberdade de opinião, proibindo qualquer espécie de censura e leis capazes de contrariar a plenitude da expressão jornalística. A partir da Constituição hoje tão injustamente vilipendiada, estavam caducos os dispositivos de exceção, como os que puniam crimes de calúnia, difamação e injúria com pena de detenção, que permitiam ao ministro da Justiça fechar jornais e retirar do ar emissoras de rádio e televisão, sem responder pelos seus atos, que puniam o profissional de imprensa por indispor o povo contra as autoridades através de críticas, que impediam a prova da verdade contra os presidentes da República, da Câmara, do senado e todos os ministros do Supremo Tribunal Federal, em acusações de calúnia - e outros.

Em algumas oportunidades esses artigos foram aplicados, quase sempre por juízes de primeira instância, em municípios longínquos, do interior. Tratou-se de abuso de direito, quase sempre corrigido, mas aqui e ali aplicado criminosamente.

Mas a Lei de Imprensa já estava revogada em tudo o que se chocava com a Constituição. O que o ministro Ayres de Brito fez foi mandar rezar com vinte anos de atraso a missa de sétimo dia da parte defunta da Lei de Imprensa. Colocou no papel aquilo que pairava no ar, ou seja, a impossibilidade de aplicação dos referidos artigos ditatoriais.

É fascinante a discussão sobre se devemos ou não dispor de uma Lei de Imprensa. Argumentos existem de um lado e de outro, porque se um médico erra, esquecendo a tesoura na barriga do doente, ele será julgado e punido pelo Código Penal. Se um padeiro bota formicida em vez de farinha de trigo no pão, a mesma coisa. Não existem leis especiais para médicos e padeiros. Porque existirá para jornalistas?

No reverso da medalha, sustenta-se que se um jornalista, no botequim, chama um determinado ministro de ladrão, e se o ministro não for ladrão, quem terá tido conhecimento da calúnia? Os colegas de cerveja, apenas. Mas se um jornalista, pela televisão, rádio ou jornal, calunia um ministro, o mal praticado através dos meios de comunicação terá sido imensamente maior, merecendo uma lei especial para julgar e punir o caluniador.

Não haverá solução para esse choque de concepções, pelo menos nos próximos trezentos anos. Existem democracias que tem lei de imprensa, assim como ditaduras que não tem. Nossa tradição latina conduz pela existência desses dispositivos especiais. Aliás, a História revela dramática alternância entre leis de censura e leis de liberdade. A primeira foi assinada pelo Príncipe regente D. João, depois D. João VI, em 1808, proibindo o ingresso no Brasil dos "malévolos escritos sobre liberdade, igualdade e fraternidade" estampados pelo Correio Braziliense. Seguiram-se numerosos dispositivos, de um lado e de outro, até que os generais-presidentes entenderam, em 1967, serem os jornalistas os grandes culpados pela impopularidade do regime. Também, eram todos comunistas...

Em suma, essa lei cujo congelamento parcial agora se comemora já estava condenada há vinte anos. Um pouquinho mais de atenção não faria mal a ninguém.

LIÇÕES DO VIETNAM - O ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, encontra-se no Vietnam, chefiando uma delegação de vinte empresários brasileiros empenhados em aumentar o volume de negócios com aquele país. Está, da mesma forma, preparando a viagem do presidente Lula a Hanói. Ótimo, será um passo a mais na política externa que vem dando certo, abrindo o Brasil a todas as nações do planeta.

Notas

Só que desta vez a diplomacia chegou atrasada. Faz quase um ano visitou o Vietnã uma comissão de coronéis do Estado-Maior do Exército, demorando-se em contactos com os militares de lá, em especial os que participaram da luta contra os americanos. Fomos atrás de experiências, não referentes a guerras clássicas e ortodoxas, mas precisamente o contrário: como se desenvolveu a guerrilha, responsável pela mais surpreendente vitória de um pequeno povo contra o Leviatã do século? Que lições poderíamos apreender, só para o caso de repetir-se, aqui, o horror verificado lá?

Pelo jeito, nossos coronéis voltaram aptos a incrementar a doutrina de que guerreiros, em certas ocasiões, devem transformar-se em guerrilheiros. Afinal, quantos Vietnã cabem na Amazônia?

UM PASSO EM FALSO - Mil elogios merece o BNDES, por sua ação continuada em defesa da economia nacional, se bem que de vez em quando tenha escorregado, financiando multinacionais e grandes empresas estrangeiras interessadas em adquirir patrimônio público brasileiro. Mesmo assim, o saldo aparece extremamente positivo, desde os tempos em que o presidente Getúlio Vargas criou a instituição.

Por tudo isso não dá para entender como um diretor do BNDES vem defendendo a privatização da Infraero. Quer vender, certamente financiando com dinheiro público, todos os aeroportos do país. Entregá-los à iniciativa privada, supostamente melhor administradora do que o estado.

Eis a perspectiva de mais um crime de lesa-pátria. Porque o transporte aéreo, mesmo exercido pelo capital privado, constitui questão de segurança nacional. Colocar o lucro como fator principal do funcionamento dos aeroportos equivale a transformá-los em feira livre, mais até do que já são. Os passageiros já sofrem o diabo no sistema atual, mas ficarão em pior situação caso deixados em mãos particulares. Tomara que o PT acorde e pressione o governo para jogar no lixo as propostas de mudança de donos dos aeroportos, cujas instalações correm o risco de virar barras de cereal...

VAMOS CELEBRAR O DIA DA CORRUPÇÃO - Transcorreu, esta semana, o Dia da Roupinha de Baixo. Não haverá que estranhar, num país que tem "dia" de tudo, até da geladeira. O inusitado foram as comemorações. Na estação rodoviária de Brasília um grupo de modelos desfilou de calcinha e sutiã. Foi a glória dos candangos, peões e flanelinhas que moram ou passam por lá.

Exortar para que a moda dos dias especiais pegue é redundância, porque já pegou. Basta consultar aqueles calendários mais sofisticados para se notar não haver um dia vago, sequer, nos 365. Na maioria deles acumulam-se homenagens, desde aos santos às mais esdrúxulas homenagens prestadas a categorias, religiões, esportes, máquinas e muita coisa a mais.

Apesar de tudo, falta um. Que tal criarmos o Dia da Corrupção? Sempre que fosse comemorado, estaria a população inteira autorizada a cometer lambanças de toda ordem. Os bancos e os banqueiros poderiam aumentar juros o quanto quisessem, enquanto as multinacionais remeteriam para o exterior lucros inexistentes. Funcionários públicos teriam a prerrogativa de utilizar cartões corporativos para despesas pessoais e familiares. Tecnocratas disporem da condição de elevar impostos. Aos deputados e senadores seria distribuído, senão o mensalão, ao menos o "anão". Ministros voariam sem restrições, a serviço, para Fernando de Noronha, fazendo jus a diárias. Prefeitos municipais receberiam propinas de empresas contratadas para recolher o lixo. Seriam aceitas como verdades absolutas as declarações de presidentes da República e de governadores, no sentido de que jamais imaginaram permanecer no poder um dia além do fim de seus mandatos.

Mas tem mais: os supermercados teriam o direito de diminuir o peso dos produtos vendidos, não o preço. Os motoristas de táxi ficariam livres para dar voltas imensas no rumo do destino indicado pelo passageiro. Pintores de parede seriam autorizados a misturar água na tinta e mecânicos de automóveis a engatilhar motores depois de consertar o defeito inicial. Madeireiros usariam livremente as moto-seras. Jornalistas poderiam mentir, professores enganariam alunos ensinando a escrever sal com "ç" e alunos enganariam professores apresentando trabalhos copiados do "google". Diretores de clubes de futebol estariam livres para receber gordas comissões pela venda de pernas-de-pau a clubes europeus, como se fossem craques. Nos morros, favelas e periferias, nenhum policial sofreria punição caso matasse crianças com balas perdidas, assim como todos os traficantes se deixariam fotografar atirando

Notas

com metralhadoras. No tráfego, nenhuma multa se aplicaria a quem avançasse sinais, dirigisse acima da velocidade máxima estabelecida ou trafegasse embriagado.

Em suma, o Dia da Corrupção mereceria olímpicas comemorações, de Norte a Sul, até que alguém lembresse estar sendo a data festejada o ano inteiro.

ORFANDADE DO ESTADO - Frase magnífica foi pronunciada pelo presidente Lula em sua recente visita ao Rio. Cercado pela multidão, ele declarou que "se o Estado não cuida da gente, gente que não deveria vai tomando conta". Referia-se aos narcotraficantes e às milícias estabelecidas nas comunidades carentes da antiga capital.

O problema está em que o Estado, ente etéreo e incorpóreo, é representado pela autoridade pública. Pelos governos e seus agentes. A eles caberia cuidar das gentes, garantindo os direitos elementares da pessoa humana. Se o representante maior do Estado critica o próprio, chamando-o à ordem por não cumprir suas finalidades, como desatar o nó exposto com tanta cruzeza e veracidade? "Gente que não deveria" amplia espaços de atuação em todos os patamares da sociedade, dos miseráveis aos elitistas. Talvez a solução devesse ser buscada nos antigos anarquistas do fim do século dezenove, aqueles que pregavam a abolição do Estado.

VENDEDOR DE ILUSÕES - Outra do nosso comandante, na mesma oportunidade: "está na hora de parar de vender desgraças, vamos vender auto-estima". Não se cometerá a injustiça de discordar, muito menos de deixar de reconhecer que o presidente Lula desdobra-se, fazendo tudo ao seu alcance para proporcionar dias melhores ao país.

O diabo é que as desgraças não precisam ser vendidas. São distribuídas de graça. Basta assistir os telejornais, as novelas, os programas de auditório e sucedâneos. Quem quiser pode passar os olhos na imprensa escrita. Descontando-se os exageros de alguns, ou a má-fé de outros, aos meios de comunicação cabe transmitir à sociedade tudo o que se passa nela, seja de ódio e de amor, de violência ou de paz, de certo e de errado. Se o conteúdo do que é divulgado prima pela desgraça, que não se culpe o termômetro pela febre do paciente.

Por certo que o presidente Lula não teve a intenção, mas, ao seu redor, começa a germinar a proposta de que se a imprensa parar de vender desgraças, as desgraças desaparecerão. É bom tomar cuidado.

IMPOSSÍVEL ENTENDER - Se o Banco Central fixa os juros em 6,5%, como explicar que os bancos tenham elevado para 50%, em média, a remuneração por empréstimos para pessoas físicas? Fica pior quando se atenta para o horror que são os juros do cheque especial, de 145%. Ou dos cartões de crédito, beirando os 200%.

Alguma coisa cheira mal, especialmente porque ao Banco Central cabe fiscalizar a atividade bancária. Outra impossibilidade de cognição está na denúncia feita pelo senador Francisco Dornelles, ontem. Ele não entende como um contribuinte que discorda da cobrança de impostos pela Receita Federal e recorre, primeiro à própria Receita, depois ao Conselho de Contribuintes, em seguida ao Conselho Superior de Assuntos Fiscais - ganha em todas essas instâncias, como então o governo, depois de tudo, ainda pode recorrer à Justiça para receber aquilo a que não tem direito? Com base nessa incongruência, o senador pelo Rio de Janeiro apresentou projeto de lei proibindo que o governo conteste no Judiciário uma decisão que ele mesmo tomou...

A TEORIA E A PRÁTICA - Hoje de manhã, enquanto o ministro da fazenda procurava convencer as oposições de que a reforma tributária vai estimular o crescimento da economia, os bancos decidiam aumentar os juros para 37,3 por cento, além de elevarem para 145 por cento os juros com o cheque especial.

Tem coisas que só acontecem no Brasil, que não demora muito será chamado de "o país do Pinóquio". Porque enquanto o ministro Guido Mantega procurava convencer líderes e dirigentes das oposições que

Notas

a reforma tributária irá desonerar as empresas, diminuindo os impostos, nessa mesma hora os principais bancos anunciavam o aumento de mais de 3 pontos percentuais nos juros, que agora cobrarão 37,3 por cento em média. Para o cheque especial, porém, um assalto maior ainda: os juros serão de 145 por cento.

Se o governo não tem força e talvez nem vontade para diminuir os juros estabelecidos pelos bancos, como esperar que as oposições venham a aceitar a afirmação de que a economia vai crescer?

Tem mais um problema: o ministro Mantega anunciou que a reforma tributária vai desonerar os empresários nas folhas de pagamento dos empregados, reduzindo de 20 para 14 por cento a contribuição patronal para o INSS.

Como conciliar essa boa notícia para os empresários com a informação dos presidentes das centrais sindicais, que garantiram ter ouvido do presidente Lula, ontem, que essa redução seria retirada do projeto de reforma tributária?

Depois da longa reunião com o ministro da Fazenda os líderes e dirigentes das oposições ficaram de estudar e depois opinar sobre o projeto de governo. Desse jeito, porém, o diálogo vai dar em nada. Os bancos continuarão faturando como sempre e os pequenos e médios empresários continuarão pagando a conta. Eles e, é claro, os assalariados, quer dizer, os trabalhadores...

OPORTUNIDADE PARA DILMA - São duas as hipóteses a respeito do convite feito pelo presidente Lula à ministra Dilma Rousseff para acompanhá-lo em visitas semanais aos canteiros de obras do PAC e aos Territórios da Cidadania. A primeira, parecendo ser a chefe da Casa Civil a solução sucessória que melhores chances apresenta para o PT, devendo, assim, submeter-se desde já a uma exposição explícita junto ao eleitorado. A outra, de que melhor para o presidente será manter Dilma ao seu lado em vez de deixá-la solta no palácio do Planalto durante suas ausências, criando casos e batendo de frente com ministros e parlamentares.

Quem quiser que escolha a sua interpretação, mas a verdade é que a nossa "dama de ferro" tropical necessita tornar-se conhecida da sociedade e do eleitorado, se pretende mesmo candidatar-se em 2010. Pelo jeito, nessas viagens, o presidente Lula exigirá que Dilma discursar na maior parte das oportunidades, faturando de modo especial os dividendos do PAC e de outros programas desenvolvimentistas. A idéia é ampliar a imagem do governo, deixando de ser o samba de uma nota só, assentado apenas no Bolsa-Família. Essa campanha poderá ficar com Patrus Ananias, ainda que por enquanto o ministro da Integração Social não tenha sido incluído na caravana permanente que percorrerá o país.

Vão demorar os resultados, se favorecerem a popularização da chefe da Casa Civil. Não se espere a ascensão dela nas próximas pesquisas eleitorais, porque promover imagens é tarefa demorada. Mesmo assim, pode dar certo, faltando dois anos e oito meses para as eleições presidenciais. Desde que, por certo, o governo não venha a escorregar em alguma casca de banana do tipo cartões corporativos e sucedâneos.

Se Dilma Rousseff conseguir afirmar-se como pré-candidata sugerida e quase declarada, é bom que se prepare para enfrentar temporais. Não demora muito e campanhas serão deflagradas contra ela, começando por tentar caracterizá-la como perigosa agente do esquerdismo anacrônico e até do comunismo insepulto. Nos anos de chumbo a ministra foi guerrilheira, terrorista, assaltou bancos e viu-se submetida à prisão e à tortura. Essas características dão votos em muitos segmentos, mas também servem ao extremo oposto. Logo irão acusá-la de inimiga da política econômica que deu certo, partidária das estatizações, aliada de Hugo Chaves e até de Fidel Castro.

Em suma, mais um lance acaba de acontecer no xadrez sucessório, desta vez por iniciativa do presidente Lula. Por coincidência, no mesmo dia em que o deputado Devanir Ribeiro, do PT, ressuscitou a proposta do terceiro mandato, anunciando a próxima apresentação de emenda constitucional modificando o parágrafo quinto do artigo 14 da Constituição. Ninguém duvida de que se nem Dilma nem qualquer outro

Notas

companheiro conseguirem razoáveis índices de preferência popular, ano que vem, chegará como um tsunami petista a tese da permanência do presidente Lula no poder.

DELENDALUPI - Busca-se uma explicação lógica para a blitz que continua sendo desencadeada sobre o ministro Carlos Lupi, do Trabalho. Porque depois do estranho parecer do Conselho de Ética da presidência da República, exortando-o a demitir-se ou exonerar-se da presidência do PDT, mudaram o disco mas não mudaram a música. Agora, o ministro é acusado de favorecer ONGS ligadas ao partido que preside.

Acontece não haver lei que proíba acumular funções de governo com mandatos partidários. Os exemplos existem aos montes, através dos anos. Sergio Motta, todo-poderoso ministro das Comunicações no governo Fernando Henrique, verdadeiro coordenador político naquele período, era o secretário-geral do PSDB e ninguém protestou. Por trás da opinião do Conselho de Ética existirão poderosos auxiliares do presidente Lula, assim como dirigentes do PT. Sem falar nos representantes das elites econômicas, porque Lupi parece o único ministro a botar o pescoço de fora e insurgir-se contra a anunciada reforma trabalhista proposta como forma de extinção dos últimos direitos sociais que sobraram para os assalariados. Não aceita a livre negociação entre patrões e empregados em substituição às poucas prerrogativas do trabalhador.

Na questão das ONGS, é preciso ressaltar que muitas são sérias e honestas, enquanto outras, fajutas, servem para enriquecer cabos eleitorais e malandros criados à sombra de partidos políticos próximos do poder. Se o PDT e o ministério do Trabalho favoreceram essa última categoria, que se investigue e que se puna os culpados. Agora, as ONGS ligadas ao partido que Lupi preside pareceriam integradas por congregados marianos, se comparadas com boa parte daquelas que o PT formou, dirige e explora até hoje. Por que, então, essa artilharia permanente contra o ministro do Trabalho, aliás, alimentada pela maioria da grande imprensa?

"Elementar, meu caro Watson", diria o genial Sherlock Holmes: "Porque a grande imprensa faz o jogo das elites..."

DIVISÃO NO NORDESTE - Será singular a reunião de amanhã entre o presidente Lula e os governadores do Nordeste, em Aracaju. Porque desde D. Pedro II que a choradeira costuma ser imensa, quando os dirigentes nordestinos encontram algum representante do poder central. Aliás, com razão, porque quando olha para o Sul Maravilha o Nordeste se irrita. Os privilégios concedidos da Bahia para baixo por todos os governos sediados no Rio e em Brasília só fazem aumentar a distância econômica entre as regiões, apesar de tantos planos, programas, coordenações e superintendências.

O problema é que amanhã será diferente. Quando os governadores do Nordeste começarem a desfiar queixas, lamentos e reivindicações, o presidente Lula poderá pedir que primeiro, procurem entender-se. Falarem uma linguagem única.

Porque o Nordeste, hoje, está dividido. De um lado, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. De outro, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Como ponto de atrito, o desvio das águas do rio São Francisco, que o primeiro grupo defende e o outro abomina. A decisão foi tomada pelo presidente, as obras já começaram mas o estrilo continuará por muito tempo. Ficará mais fácil dialogar com o Nordeste rachado.

AÉCIO-CIRO, UMA CHAPA IMPOSSÍVEL? - Seria viável uma chapa Aécio-Neves-Ciro Gomes, para as eleições presidenciais de 2010? Só por milagre, mas milagres, às vezes, acontecem. Primeiro, o governador de Minas precisaria deixar o PSDB, onde pontifica sem ressalvas a candidatura José Serra. A solução seria passar-se para o PMDB, mas qual a reação dos tucanos? De pouco adiantaria exigirem, por analogia, a cassação do mandato de Aécio, porque além do entendimento de que a decisão do Supremo Tribunal Federal vale apenas para mandatos legislativos, caso bandeando-se para o PMDB a

Notas

fim de disputar a eleição presidencial, ele precisaria renunciar ao governo mineiro seis meses antes da eleição, ou seja, em abril. Acresce ser o PMDB um enigma. Quem garante que o partido, acolhendo o governador, fará dele o seu candidato? Tem muita gente contra, não apenas os partidários das candidaturas Roberto Requião e Nelson Jobim. Para desembarcar numa aventura, Aécio Neves pensará duas vezes, lembrando-se de que seu avô, Tancredo Neves, quase viu desfeitos seus sonhos presidenciais ao fundar o PP, deixando o PMDB, que era "o partido do Arraes". Por uma vacilada do governo militar, que criou dificuldades ao funcionamento do novo partido, Tancredo voltou atrás e reintegrou-se na antiga legenda, onde depois obteve a consagrada indicação.

O reverso da medalha também é cheio de espinhos e escarpas. Alguém pode ter certeza de que Ciro Gomes aceitaria lugar subalterno, disputando a vice-presidência? O ex-governador do Ceará e ex-ministro da Fazenda e da Integração Nacional é candidato a presidente da República. O raciocínio que valeria para Aécio Neves, de poder contar com o apoio do presidente Lula, vale também para Ciro Gomes, até com mais ênfase, porque integra a base parlamentar do governo, pelo Partido Socialista.

Mesmo assim, quer dizer, apesar desses obstáculos, tem gente insistindo em que a saída para os atuais detentores do poder encontra-se na chapa Aécio-Ciro. O presidente Lula já deu sinais de que o candidato não precisará necessariamente provir do PT. Antes de qualquer companheiro ele percebeu a fragilidade de seu partido em termos de nomes de peso para concorrer à sua sucessão. Além disso, contribuiu para aplainar ainda mais a base parlamentar oficial. Por certo encontrará dificuldades variadas que talvez não supere, se quiser impedir o PT de concorrer com nome próprio, mas sempre valerá à pena prever o segundo turno, diante da evidência de que nem Dilma Rousseff, nem Marta Suplicy, nem Tarso Genro e nem Patrus Ananias alcançariam os dois primeiros lugares.

Em suma, e apesar do anacronismo de certos observadores, insistindo em que é cedo e que muita água passará sob a ponte, tanto o presidente Lula quanto os líderes partidários e os possíveis candidatos já se preparam. Preferem ficar com o provérbio árabe de que bebe água limpa quem chega primeiro na fonte. Quem sabe a salvação do governo de coalizão hoje no poder repouse mesmo na dobradinha Aécio-Ciro?

Apenas um adendo, na questão sucessória: caso vá ficando demonstrado que ninguém tira a vitória de José Serra e dos tucanos, conforme as pesquisas, engrossará a corrente do terceiro mandato, que nem o Lula conseguirá conter. Se quiser, é claro.

SURPRESA AGRADÁVEL - Não há como negar que a performance de Garibaldi Alves na presidência do Senado vem constituindo grata surpresa, até para os cétricos que nele não faziam fé. O senador pelo Rio Grande do Norte entrou com o pé direito quando tomou posse e, depois, ao inaugurar os trabalhos da presente sessão legislativa. Protestou contra as incursões do Executivo e do Judiciário nas prerrogativas do Legislativo e vem estimulando seu colega presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, a também opor-se à enxurrada de medidas provisórias editadas pelo governo. É possível que ainda neste primeiro semestre o Congresso vote emenda constitucional limitando o poder de o palácio do Planalto legislar e restringindo as medidas provisórias exclusivamente a casos de urgência e relevância. E sem a inadmissível cláusula do trancamento das pautas de Câmara e Senado enquanto não apreciadas em prazo específico. O governo não está gostando nem um pouco, em especial a ministra Dilma Rousseff, mas deputados e senadores, desta vez, parecem dispostos a enfrentar reações.

Mantendo o mesmo tom de comportamento até o final do ano, Garibaldi se transformará no grande eleitor para sua sucessão no biênio 2009-2011, de fundamental importância por conta da sucessão presidencial e das eleições gerais de 2010. Pode ser que decida concorrer ao governo do Rio Grande do Norte, que já ocupou, mas se preferir descer da presidência do Senado para o plenário, terá se transformado num ponto de referência.

CUIDADO COM OS TUCANOS - O presidente Lula declarou a disposição de não intrometer-se nas

Notas

eleições municipais de outubro, ou seja, não subirá em palanque algum, sequer dos companheiros. Tem motivos, porque em boa parte das capitais estaduais e das grandes cidades os diversos partidos da base de apoio do governo estarão se enfrentando na escolha dos prefeitos. Mesmo assim, o presidente tem sido alertado por amigos de que mais valeria criar algumas desavenças em seu pano de fundo do que deixar o caminho livre para os tucanos. Uma vitória de Geraldo Alckmin em São Paulo serviria para tornar ainda mais difícil a sucessão presidencial de 2010, tendo em vista que no aceso da disputa José Serra e o hoje candidato inarredável acabarão se acertando.

Por tudo isso, aguardam os petistas de São Paulo que o presidente abra pelo menos uma exceção e se engaje na campanha de Marta Suplicy para a sucessão de Gilberto Kassab. O sinal de sua concordância estaria na promessa de que, derrotada, a ex-prefeita retornaria ao ministério do Turismo.

O QUE FAZER COM O DINHEIRO? - Na vida, nada mais certo do que dar um passo depois do outro. Ficar parado significa andar para trás, mas tentar dar dois passos em vez de um dá tombo.

Vale o preâmbulo para a auspiciosa notícia de que nossos depósitos, lá fora, ultrapassaram o valor de nossa dívida externa, pública e privada. Dos 174 bilhões de dólares, sobram 4 bilhões de saldo. Aplausos para quantos contribuíram para esse resultado, apenas registrado em nossa História quando terminou a Segunda Guerra Mundial e dispúnhamos de crédito externo, não de dívida, por conta das milhares de toneladas de produtos primários que exportamos para os aliados. Por infelicidade ou incúria, o governo do marechal Dutra trocou o desequilíbrio favorável a nós pela importação desenfreada de goma de mascar, brinquedos de plástico e montes de supérfluos, claro que também acompanhados de locomotivas, caminhões, automóveis, geladeiras e remédios. Tivesse aquele honrado militar sido alertado para a importância de trocarmos nosso crédito externo por fábricas e tecnologia, quem sabe anteciparia os cinquenta anos em cinco do presidente Juscelino Kubitschek...

O resultado foi que pagamos centenas de bilhões de dólares de juros por conta da dívida externa que nossos credores torciam para não saldarmos. Foram, recursos certos que receberam por tanto tempo, sem fazer força. Adianta menos lamentar pelo leite derramado. O importante é saber o que faremos com esse superavit, aliás paralelo ao imenso déficit que o governo apresenta com nossa dívida interna. Vamos deixar esses bilhões de dólares e euros depositados em bancos estrangeiros, para que eles continuem a financiar o desenvolvimento das nações ricas? Ou a hora do próximo passo chegou, para não ficarmos parados e retrocedermos?

Dever não é crime, muito menos má estratégia econômica. Só progride quem tem crédito para poder dever, e acabamos de provar que temos, a ponto de estar zerada a dívida externa. Torna-se necessário saber o que fazer com parte desses 174 milhões de dólares. Precisamos investir na educação e na saúde. Na segurança pública e na infra-estrutura. Não seria o caso de reforçar o PAC, nesses setores, com parte do dinheiro depositado lá fora?

DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS - O PT de São Paulo decidiu cobrar do governador José Serra que torne públicas todas as informações sobre as empresas em que foram feitos com cartões corporativos da administração estadual. Foi feita até uma representação ao ministério público para investigar tudo e até abrir processo de improbidade administrativa contra o governador.

A pergunta que fica é se voltamos aos tempos da República Velha, onde os partidos eram estaduais, não nacionais. Porque se os companheiros petistas optam pela fórmula cirúrgica de combater a corrupção, por que o mesmo não acontece em Brasília? Aqui, o PT mostra-se disposto a abafar as mesmas indagações que a CPI dos cartões corporativos poderia fazer ao governo federal. Se vão esmiuçar as despesas feitas pelo governo Serra, porque deixar de fora aquelas do governo Lula porventura referentes a ele e seus familiares?

Trata-se de dois pesos e duas medidas. O exemplo do PT de São Paulo precisa ser seguido pelo PT nacional.

NÃO SE ACREDITA EM VOTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA EM 2008

A esmagadora maioria do Congresso não partilha do da expectativa otimista revelada pelo presidente Lula, em encontro, anteontem, com suas lideranças no Congresso Nacional, nas chances de votação, ainda em 2008, da proposta de reforma tributária que enviou, hoje, ao Congresso. Constitui consenso entre as mais importantes lideranças do Congresso, incluindo o relator-geral do Orçamento de 2008, deputado José Pimentel (PT-CE), de que haverá oportunidade para uma ampla discussão da polêmica matéria, neste ano, mas sua votação só poderá ocorrer em 2009.

As eleições municipais que se realizam, este ano, comprometerá quase todo o segundo semestre de 2008, uma vez que a maioria dos parlamentares é obrigada a participar do pleito, direta ou indiretamente. Como se trata de um tema que suscita conflitos de interesses entre os entes federativos – União, Estados e Municípios – além dos empresários e dos contribuintes de modo geral, sua negociação reclama grande dose de paciência. É verdade que, após as eleições municipais, entre novembro e dezembro, haverá tempo para voltar ao debate, mas acreditar em votação este ano parece uma expectativa bastante otimista.

Na manhã de hoje, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernardo Appy, entregaram às lideranças de bancadas o texto da proposta de reforma tributária que chegou hoje ao Congresso. Dela não consta a redução de 20% para 14% da alíquota de contribuição previdenciária patronal da Previdência Social, retirada pelo governo, para atender a pleito formulado pelos principais dirigentes das centrais sindicais, durante encontro que mantiveram com o presidente Lula para tratar discutir o assunto.

O ministro Guido Mantega, da Fazenda, prometeu, em nome do governo, que essa redução será posteriormente proposta ao Congresso, mas em forma de projeto de lei ordinária. Nos últimos dias, para surpresa geral, alguns governadores assumiram posição simpática à reforma tributária, a começar pelo tucano de Minas Gerais, Aécio Neves, ainda que advertisse para a necessidade de aprimorar a proposta. O governador do Amazonas, Eduardo Braga, também se mostrou favorável, ainda que advertindo para a necessidade de manter as vantagens fiscais da Zona Franca de Manaus.

Um dos primeiros a conhecer seus termos, o presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), deputado Armando Monteiro Neto (PTB-PE), disse que a reforma está aquém da expectativa dos empresários. A reforma estabelece a unificação de impostos, a simplificação do pagamento e da arrecadação dos tributos, assim como a desoneração de investimentos. O próprio presidente Lula conclamou o Congresso

Nacional a debatê-la e a aprimorá-la, votando-a este ano. Não poucas lideranças expressivas do Congresso duvidam que se chegue a um consenso sobre a mudança do sistema tributário. O deputado Ciro Gomes (PSB-CE), virtual candidato a presidente da República, mostra-se cético quanto às chances de sua aprovação, argumentando que há conflitos de interesses insuperáveis entre os Estados e a União e que ninguém quer perder recursos. A voz geral no Congresso é esta: a maioria julga que há muitos obstáculos para aprovar matéria tão polêmica.

As principais lideranças oposicionistas recebem a iniciativa do governo de pé atrás, desconfiada de que o Palácio do Planalto esteja se agarrando a uma proposta tão polêmica, a pretexto de criar uma agenda positiva no Congresso, mas, na verdade, procurando obscurecer a investigação, que se faz necessária, a respeito de gastos abusivos com o uso de cartões corporativos por parte de autoridades governamentais.

REFORMA PODE PIORAR O SISTEMA

O ex-Secretário da Receita Federal, no governo Fernando Henrique Cardoso, Everardo Maciel, advertiu que a proposta de reforma tributária do governo não garante uma redução da carga tributária. “Ao contrário, poderá haver aumento da carga tributária, não redução, para compensar o que seria desonerado, por exemplo, com a eliminação do salário-educação da folha de pagamento” – advertiu.

Everardo Maciel se insurge contra uma reforma constitucional através de emenda constitucional. “Sempre que, no Brasil, se tentou fazer uma reforma tributária através de emenda constitucional, desde os anos 60 do século passado, nós conseguimos piorar o sistema tributário brasileiro, justamente porque nossa Constituição acolheu muita matéria tributária e, por isso, um processo de reforma, pelo Congresso, só depende de promulgação, o que elimina a possibilidade de vetos presidenciais corretivos, inclusive por razões de natureza técnica” – acrescentou o ex-Secretário da Receita.

COMISSÃO APROVA ORÇAMENTO

A Comissão Mista de Orçamento aprovou, à noite de ontem, o relatório final do Orçamento da União para 2008, com a previsão de um corte da ordem de R\$ 12,4 bilhões, a pretexto de compensar a perda de cerca de R\$ 40 bilhões com a CPMF, que foi extinta pelo Senado, em dezembro do ano passado. A maioria rejeitou requerimento do PSDB que propunha a retirada do Orçamento do Anexo sobre “metas e prioridades”, alegando ausência de consulta prévia sobre o assunto.

A inclusão do Anexo, com R\$ 534 milhões em emendas parlamentares, a maioria beneficiando membros da própria Comissão de Orçamento, foi denunciada pelas lideranças do PSDB. Hoje, a Comissão de Orçamento vol6ta a se reunir

para votar 570 destaques de emendas. Vencida essa etapa, a Proposta Orçamentária de 2008 estará em condições de ser votada pelo Congresso Nacional.

A oposição promete obstruir a votação, malograda na tentativa de suprimir o Anexo. Se a obstrução oposicionista se concretizar durante a votação do Orçamento, as lideranças do governo terão que mobilizar o quorum necessário à aprovação, ou seja, 257 deputados e 41 senadores. Coordenadores das bancadas da base governista negaram procedência à denúncia da Oposição de que exista irregularidades no Anexo do Orçamento, sustentando que o relator-geral só destinou R\$ 534 milhões a obras e programas mediante autorização da Comissão mista de Orçamento.

“Ou esse Anexo cai, ou nós não consentiremos com votação nenhuma, com qualquer votação nesta Casa. Ou se derruba o Anexo e se restabelece parte da moralidade perdida naquela Comissão, ou não votaremos nada aqui” – anunciou o senador Osmar Dias (PDT-PR).

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador José Maranhão, vai conversar com o presidente do Senado e do Congresso, senador Garibaldi Alves, para acertar a convocação do Congresso a fim de votar o orçamento de 2008.

STF SUSPENDE PARTE DA LEI DE IMPRENSA

O plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) confirmou, em julgamento realizado ontem, a liminar para suspender a vigência de trechos da Lei 5.250/67, chamada de Lei de Imprensa e denominado entulho do autoritarismo do regime militar. Os ministros estão julgando uma ADPF (arguição de descumprimento de preceito constitucional) do PDT (Partido Democrático Brasileiro), que reclama a revogação, na íntegra, daquela normal legal. O julgamento do mérito da questão pelo STF só acontecerá dentro de um prazo de 180 dias.

O ministro Carlos Ayres Britto já havia concedido liminar proclamando a suspensão de parte daquela lei, no último dia 21, o que implicou na paralisação de todos os processos que tramitavam na Justiça com base nos artigos então revogados. Entre os 20 dispositivos suspensos estão os que proíbem a propriedade de empresas jornalísticas por estrangeiro, bem como os que dispõem sobre crimes de calúnia, injúria e difamação, responsabilidade da empresa jornalística, etc.

O pleno do STF definiu ainda que os processos que tramitam no Judiciário não estão suspensos. Prevalece a orientação de que os juízes deverão se basear em outros códigos em que haja previsão para cada caso específico, como o Penal ou o Civil. Caso não houver, o processo é paralisado e o prazo de prescrição suspenso.

Ao conceder a liminar na ação do PDT, o ministro Carlos Ayres Britto mencionou um conjunto de ações judiciais em cadeia movidas por fiéis da Igreja Universal contra diversos veículos

jornalísticos. “A democracia é o princípio dos princípios da Constituição. Imprensa e democracia são irmãs siamesas” – sentenciou Britto.

O ministro Carlos Alberto Menezes Direito, o segundo a preferir seu voto, depois de Britto, ampliou o entendimento optando por revogar toda a lei, sob o argumento de que, ao longo do tempo, tribunais superaram a aplicação da lei (de Imprensa), sempre considerando a aplicação da Constituição Federal de 1988”. E arrematou: “Estou convencido que não se pode negar direito à livre circulação das idéias, como disposto nos artigos 5º e 10º da Constituição”.

A maioria, contudo, decidiu referendar a liminar de Britto, argumentando que o risco de multiplicação de processos decorrentes da revogação da legislação não favorece o Judiciário. Apenas os ministros Eros Grau e Celso de Mello acompanharam o entendimento de Menezes Direito. O ministro Marco Aurélio Mello decidiu não referendar a liminar.

O julgamento definitivo de mérito deverá ocorrer dentro de 180 dias, quando os ministros analisarão a legislação item por item. A presidente do STF, ministra Ellen Gracie, advertiu que o período é necessário porque “há outros dispositivos que merecem maior atenção e devem ser analisados apenas quando do julgamento do mérito”.

Na hipótese de, no julgamento do mérito, toda a Lei de Imprensa da ditadura vir a ser suspensa, todas as ações judiciais que se fundamentam nessa norma poderão ter de ser reapresentadas com base em outros códigos, como Penal ou Civil, até que uma nova lei sobre a imprensa seja aprovada pelo Congresso.

CRESCER O FINANCIAMENTO HABITACIONAL

Os financiamentos concedidos ao setor habitacional totalizaram R\$ 46,3 bilhões, em janeiro, de acordo com a Nota de Política Monetária e Operações de Crédito, divulgada na última terça-feira pelo Banco Central. O número mostra um incremento de 1,1% sobre o mês de dezembro, e de 26,4% com relação a janeiro de 2007. De acordo com o Banco Central, os números são referentes às operações realizadas por pessoas físicas e cooperativas habitacionais, sem considerar as operações destinadas a empreendimentos imobiliários.

OPERAÇÕES COM RECURSOS LIVRES

O volume das operações para pessoas físicas somou R\$ 246,5 bilhões, com alta de 2,5% no mês. Esse desempenho refletiu, principalmente, a demanda relacionada a despesas das famílias, nos primeiros meses do ano, assinalando-se, nesse sentido, expansão de 8,3% no saldo de cheque especial e de 3% em cartão de crédito.

A expansão de 2,3% na carteira de crédito pessoal refletiu, em particular, a oferta de linhas de crédito vinculadas à ante-

cipação do décimo terceiro salário, ao passo que os créditos consignados apresentaram crescimento menos expressivo, de 1,4% ao mês. Por sua vez, os financiamentos para aquisição de veículos aumentaram 1,9% no período.

Os financiamentos imobiliários mantiveram trajetória de crescimento, registrando acréscimos de 2,9% no mês e de 81,5% no ano.

NOVO SALÁRIO-MÍNIMO NESTE SÁBADO

O salário-mínimo do país será reajustado, neste sábado, dia 1º, para R\$ 412,40; O aumento é de 8,5% em relação aos atuais R\$ 380. O salário passa a vigorar em março para recebimento em abril. A inflação pelo IPCA, acumulada entre março de 2007 e janeiro deste ano (último dado disponível), foi de 4,1%. O último reajuste do salário-mínimo havia sido concedido em abril do ano passado.

A informação do reajuste foi confirmada pela assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento. Para o Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), o salário-mínimo ideal seria de R\$ 1,924,59, segundo levantamento feito para janeiro.

O reajuste já estava previsto em um projeto de lei encaminhado no âmbito do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), no ano passado, e que, atualmente, tramita no Senado. Segundo os termos da proposta, o reajuste deve ter como base a variação acumulada de 12 meses do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acrescida do crescimento real do PIB (Produto Interno Bruto) dos dois anos anteriores. Além disso, de acordo com o projeto, que engloba os anos compreendidos entre 2007 e 2011, a data dos próximos reajustes será: 1º de fevereiro de 2009 e 1º de janeiro de 2010. A idéia é antecipar um mês a cada ano.

O relator-geral do Orçamento de 2008, deputado José Pimentel (PT-CE), afirmou que os recursos para custear o aumento do salário-mínimo estão garantidos na proposta orçamentária deste ano. Segundo ele, no projeto de lei encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional, a previsão para o salário-mínimo era de R\$ 407,41, mas, com a definição da reestimativa de receita e da inflação do ano passado, o valor poderá ser reajustado para R\$ 412,42.

“No parecer sobre a reestimativa de receitas, e também no parecer geral do relator, estamos reservando os recursos para atender o salário-mínimo no país e, em especial, para os aposentados e pensionistas” – disse o deputado José Pimentel.

O relator-geral do Orçamento de 2008 informou que o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional Medida Provisória reajustando o salário-mínimo, já que o projeto de lei nesse sentido ainda não foi aprovado pela Câmara dos Depu-

tados e o Senado.

O relatório-geral do Orçamento de 2008 ainda está sendo discutido pela Comissão Mista de Orçamento e deve ser votado nesta semana.

BRASIL: O MAIOR MERCADO ACIONÁRIO

Depois de superar, simultaneamente, os mercados de China e Coréia, o Brasil assumiu o posto de maior mercado acionário emergente do mundo, com participação de 14,95% no índice MSCI GEMs, benchmark para os emergentes calculado pelo Banco Morgan Stanley Capital Internacional.

Esta foi a primeira vez que o mercado brasileiro ultrapassou os de China e Coréia, destacam os analistas do Citigroup, em relatório. Com 69 empresas listadas no índice MSCI, a capitalização em circulação do mercado brasileiro soma US\$ 509,1 bilhões. A China, que ocupa o segundo lugar, tem capitalização de US\$ 481,8 bilhões, aponta relatório do banco norte-americano.

MSCI GEMs Index

Posição	Mercado	Capitalização de Mercado (US\$ Bilhões)	Peso	Empresas Listadas
1	Brasil	US\$ 509,1	14,95%	69
2	China	US\$ 481,8	14,15%	112
3	Coréia	US\$ 466	13,69%	113
4	Taiwan	US\$ 363,5	10,68%	123
5	Rússia	US\$ 337	9,90%	32

Além de ganhar o topo do índice, entre os emergentes, o mercado brasileiro também conquistou posições no “ranking” global: passou a décimo maior mercado acionário do mundo, com participação do MSCI World de 1,71%, tendo ultrapassado países como Itália e Hong Kong. Os ganhos de participação, porém, não devem parar por aí.

De acordo com o Citi, a Espanha é a próxima na “linha de fogo”. O mercado acionário espanhol tem capitalização de 511,3 bilhões, apenas US\$ 2,2 bilhões a mais que o mercado brasileiro. Já o oitavo colocado no “ranking”, a Austrália, está mais distante, com capitalização de mercado em US\$ 836,6 bilhões

MSCI World Index

Posição	Mercado	Capitalização de Mercado (US\$ Bilhões)	Peso	Empresas listadas
1	EUA	US\$ 12.569,5	42,17%	635
2	Reino Unido	US\$ 2.829,6	9,49%	156
3	Japão	US\$ 2.620,7	8,79%	397
4	França	US\$ 1.342,4	4,50%	74
5	Canadá	US\$ 1.152,7	3,87%	105
10	Brasil	US\$ 509,1	1,71%	69
Total	48	US\$ 29.805,6		

Dentre as empresas brasileiras listadas no MSCI GEMs, o Citigroup destaca a Petrobrás, que passou ao posto de maior empresa dentre os mercados emergentes por capitalização de mercado. A segunda maior empresa neste quesito é a Gazprom.

O mercado brasileiro ganhou participação relevante no índice de mercados emergentes, trajetória que deve se sustentar no longo prazo, de acordo com os analistas do Citigroup. Contudo, a percepção para o curto prazo é menos otimista, já que o banco avalia o mercado doméstico como sobrecomprado e caro”.

O MSCI Global Emerging Markets (GEMs), índice apurado pelo Morgan Stanley, é composto por ações de 25 países considerados emergentes, cada qual com peso atribuído de acordo com sua capitalização em circulação no mercado. O montante de empresas que compõem o índice varia de acordo com cada país, e sua capitalização total é de R\$ 3,405 trilhões, de acordo com o Citigroup.

Já o MSWCI World é composto por ações de empresas de 48 países, dentre eles os países desenvolvidos. São 2.872 empresas listadas no índice, que conta com capitalização total de US\$ 29,805 trilhões. Neste índice, o maior mercado é o norte-americano, com peso de 42,17% no índice.

BOVESPA; SEIS DIAS DE ALTA

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta pelo sexto dia seguido, enquanto o dólar comercial manteve o recuo pelo oitavo pregão. O Ibovespa, principal índice de referência das ações brasileiras, subiu 0,48%, aos 65.494. Mais cedo, a Bolsa chegou a atingir 65.968 pontos, acima do recorde histórico de fechamento, registrado em 6 de dezembro de 2007, quando o indicador concluiu o pregão em 65790 pontos. No mês, o índice acumula alta de 10,09, e no ano, de 2,52.

O dólar comercial, por sua vez, fechou em baixa pelo oitavo pregão consecutivo, cotado a R\$ 1,671, registrando uma desvalorização de 0,77%. Pela manhã, a Bovespa abriu em queda após o anúncio de que as encomendas de bens duráveis nos Estados Unidos caíram 5,3%, em janeiro, para a taxa ajustada de US\$ 212,80 bilhões, após uma alta de 4,4% em dezembro. Os analistas estimavam que o indicador apresentaria queda de 4%.

No início da tarde, o presidente do Fed (Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos), Bem Bernanke, disse que agirá conforme o necessário para garantir que os problemas nos mercados imobiliário e de crédito não prejudiquem ainda mais uma economia já abalada.

A informação foi importante para melhorar os negócios no mercado acionário norte-americano e, em consequência, ajudou a inverter o sentido da Bovespa, que caía.

Na Europa, grande parte das bolsas fecharam em queda, pu-

xada pelo fraco desempenho do setor financeiro. E na Ásia, os mercados encerraram em alta ainda repercutindo a valorização das Bolsas, em Wall Street, do dia anterior.

GARANTIDA UMA SÓ CPI

Estão, finalmente, criadas as condições para a instalação da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) que vai investigar abusos nas despesas de figurões do governo e da vida pública com os cartões corporativos. O PMDB, como se esperava, não aceitou a indicação do senador Jarbas Vasconcelos (PE), um dissidente do partido, considerando-a uma provocação. O líder do PSDB, depois de promover algumas articulações na bancada, indicou a moderada senadora Marisa Serrano ((MS), que foi aceita, imediatamente, pelas lideranças governistas.

Além de assegurar um clima de maior harmonia no Congresso, com o entendimento que entrega à oposição um dos dois cargos mais importantes da CPMI, o governo evitou a instalação de uma outra CPI só no Senado, como ameaçavam os líderes oposicionistas. Também evitou que a oposição cumprisse a ameaça de boicotar as votações no Senado, o que perturbaria definitivamente o clima político no Congresso, comprometendo as votações de matérias importantes. A preservação de um território comum para o entendimento é indispensável, em política, como acentuou, em entrevista aos jornalistas, o líder do governo no Senado, Romero Jucá.

O PMDB, como maior bancada no Senado, achava-se no direito de assumir a presidência dessa comissão parlamentar de inquérito, tanto que indicou para o cargo o senador Neuto de Conto (SC). As lideranças do partido terão que redobrar os esforços para pacificar o senador catarinense, cuja indicação para a presidência acabou sendo preterida em nome do objetivo maior, que é a conquista de um clima de harmonia política entre governo e oposição. Agora, está aberto o caminho para que a presidente da CPMI, senadora Marisa Serrano, se articule com o relator, deputado Luiz Sérgio, para elaborar o roteiro de trabalho e definir as principais linhas de orientação.

A senadora Marisa Serra acredita que a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista dos Cartões Corporativos será instalada na próxima semana, com a indicação de seus integrantes pelos partidos políticos respeitado o critério da proporcionalidade. A senadora tuana de Mato Grosso do Sul adverte que é a favor de uma ampla investigação, sem conferir imunidade a quem quer que seja. Ela não acredita que os interesses político-partidário, provocados pelo pleito municipal deste ano, prejudiquem o trabalho de investigação, que espera esteja situado acima das diferenças políticas.

Essa eventual concórdia não elimina a possibilidade de sérios conflitos de interesses políticos e eleitorais entre governo e oposição nas decisões a serem tomadas pela CPI dos cartões corporativos. A própria senadora Marisa Serrano já adi-

antou que a CPMI deverá investigar, também, os gastos secretos do presidente da República e de sua família, que o presidente Lula considera protegidos pelos ditames da segurança nacional.

FAÇANHA

Pela primeira vez na sua história, o Brasil passou à condição de credor externo, uma vez que reservas e ativos do País no exterior, de US\$ 203,19 bilhões, ultrapassaram, em janeiro, o valor da dívida externa (pública e privada), que é de US\$ 196,2 bilhões. O presidente Lula comemorou ao seu estilo, proclamando que o Brasil alcançou a independência política sob seu governo... É indiscutível que se trata de uma proeza, ainda que não se possa ignorar o fato de que a dívida pública interna, de R\$ 1,14 trilhão, equivalente a 42,1% do PIB, continua sendo um grande problema para País.

O mercado comemora a obtenção pelo Brasil, em janeiro, de superávit fiscal primário de R\$ 18,662 bilhões, o maior resultado alcançado para o primeiro mês do ano, desde o início desses levantamentos, em 1991, segundo informou o Banco Central. Entende-se por superávit primário a diferença entre os ingressos e as despesas do setor público, incluindo o governo federal, os estaduais e municipais, assim como as empresas estatais, sem levar em conta os recursos destinados ao pagamento de juros da dívida. É uma façanha, mas não se pode esquecer o peso que ainda tem a dívida interna. A economia do Estado, no mês passado, foi 38,7% acima da obtida em janeiro do ano passado e suficiente para pagar o total dos juros da dívida naquele mês, que alcançaram R\$ 13,131 bilhões. Com isso, o Brasil iniciou o ano com um superávit fiscal nominal – o que inclui o pagamento de juros – de R\$ 5,531 bilhões. Em janeiro de 2007, o País se defrontou com um déficit público nominal de R\$ 470 milhões. O superávit acumulado nos últimos 12 meses, até janeiro, foi de R\$ 106,812 bilhões, ou o correspondente 4,15% do PIB (Produto Interno Bruto).

Tarcísio Holanda

LUPI E O CONSELHO DE ÉTICA

É cada vez mais constrangedora dentro do governo a que devia servir a posição do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, do PDT. Agora mesmo o ex-ministro Marcílio Marques Moreira passou a presidência do Conselho de Ética da Presidência da República ao ex-ministro do STF, Sepúlveda Pertence, contrariado porque Lupi não obedeceu às recomendações do órgão que presidia, ao ver incompatibilidade entre as funções de ministro e a presidência do PDT que ele exerce. O ministro e o próprio governo viram-se numa situação tão desconfortável que o Presidente Lula determinou fossem dadas explicações públi-

cas sobre irregularidades constatadas nos convênios por ele assinados.

Seguindo-se à renúncia do ex-ministro Marcílio Marques Moreira, o novo presidente do Conselho de Ética, o ex-ministro Sepúlveda Pertence, pediu explicações, em dez dias, sobre denúncias de que Lupi, com recursos públicos da ordem de R\$50 milhões, favoreceu ONGs ligadas à Força Sindical e a seu partido.

Em declarações à imprensa, o ministro negou qualquer irregularidade nos convênios com as ONGs objeto de investigação por parte inclusive da Controladoria Geral da União. A explicações dadas por Lupi à Comissão de Ética da Presidência da República foram consideradas inconsistentes.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Esta semana o governo finalmente tornou pública sua proposta de reforma tributária. No Congresso, somente vozes isoladas acreditam na aprovação de qualquer medida relacionada com o sistema tributário. Alega-se que por ser este um ano eleitoral, não haveria condições políticas para se fazer alterações mais profundas nessa área. Os interesses de natureza regional acabarão prevalecendo sobre as exigências de ordem nacional. No entanto, há quem faça a ressalva de que este ano a matéria seria apenas objeto de discussão com vários setores de nossa sociedade, abrindo-se assim caminho para sua aprovação em 2009.

Há também os céticos, os quais julgam que o Palácio do Planalto formalizou seu projeto sobre a reforma apenas com o objetivo de tentar desviar as atenções da sociedade brasileira do escândalo em torno do uso indevido do cartão corporativo por servidores do governo.

No entanto, não se pode ignorar a relevância de que se revestiria uma reforma tributária feita com seriedade e imbuídos seus autores da intenção de tornar mais racional e dinâmica a economia brasileira.

MEDIDAS PROVISÓRIAS EM DISCUSSÃO

Uma Comissão Especial da Câmara estuda introduzir novas medidas na edição das Medidas Provisórias. Há uma queixa generalizada por parte de parlamentares de todos os partidos de que o Congresso perdeu sua principal função constitucional, qual seja a de legislar, em decorrência das Medidas Provisórias editadas pelo governo, as quais absorvem e paralisam as atividades das duas casas do Congresso. Isso porque com as modificações introduzidas no trânsito dessas matérias, a Câmara e o Senado não podem apreciar nenhum projeto, enquanto não houver decisão em plenário das Medidas Provisórias constantes de suas pautas de votações. Deputados e senadores não pensam em eliminar as Medidas Provisórias, porque com o sistema político desorganizado que

imperar no Brasil julgam que se acabaria por paralisar o poder de decisão do governo. No entanto, frisam os que pensam assim, ser necessário encontrar em torno do assunto uma solução que compatibilize os interesses do Poder Executivo com as conveniências do Congresso. Que Câmara e Senado possam debater e opinar sobre o conteúdo de cada Medida Provisória, o que hoje não ocorre.

Fala-se ainda que os presidente da Câmara e do Senado, Ariindo Chinaglia e Garibaldi Alves, percebendo o sentimento de apatia que tomou conta da Câmara e do Senado, em virtude do acúmulo das Medidas Provisórias, pensam em colocar na pauta de votações projetos que versem sobre assuntos os mais diversos de interesse nacional. Seria uma maneira de tirar o Congresso do clima de apatia que tomou conta de seus integrantes.

COMANDO DA CPI DOS CARTÕES CORPORATIVOS

Finalmente, governo e oposição chegaram a um acordo sobre a presidência da CPI Mista do Congresso, a ser confiada à senadora Marisa Serrano, do PSDB de Mato Grosso do Sul. De um modo geral acabou prevalecendo nessa questão a atitude assumida desde o início do debate em torno dessa questão pelo senador Romero Jucá, líder do governo, ao defender o princípio de que as duas partes deviam chegar a um acordo em torno do comando da CPI. Com isso foi sepultada de vez a idéia de instituir uma outra CPI no Senado, se as oposições não tivessem a presidência da CPI Mista do Congresso. O senador Neuto do Couto, indicado inicialmente pelo seu partido para presidir a CPI do Congresso, declarou considerar uma aberração a existência de duas CPIs. Se as oposições insistissem nessa iniciativa, revelou-se disposto, desde cedo, a abdicar da presidência da CPI do Congresso, sob a alegação de que a dualidade de funções atribuídas aos dois órgãos de investigação acabaria, no seu entendimento, por levar ao ridículo a própria instituição parlamentar. O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, torceu sempre para haver uma negociação entre as duas partes sobre o assunto, reconhecendo que a pior solução seria a existência no Congresso de duas CPIs examinando as mesmas questões. Com isso terminou por prevalecer o bom senso. Na próxima semana a CPI Mista do Congresso será oficialmente instalada. Vamos acompanhar os seus trabalhos e observar como se comportará cada um dos seus integrantes.

Haroldo Holanda

Quatro dos mais experimentados profissionais de nossa imprensa, com passagens por jornais e redes de televisão, como Carlos Chagas, Sérgio Ross, Tarcísio e Haroldo Holanda se reuniram e decidiram constituir uma consultoria política em Brasília. São todos eles jornalistas com anos e anos de largo e íntimo conhecimento com o funcionamento das engrenagens de poder.



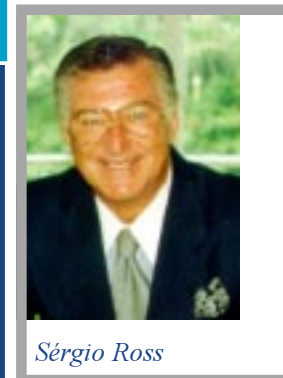
Carlos Chagas



Tarcísio Holanda



Haroldo Holanda



Sérgio Ross